

Documentar para quê?

Administrando os desafios da documentação museológica na esfera da Gestão Pública.

Por Ana Carolina Xavier Avila

Fato notório aos profissionais de museus, o entendimento sobre a necessidade de tratamento técnico do patrimônio, incluindo procedimentos sistematizados de documentação e conservação de acervos, é prática um tanto recente no contexto brasileiro. A escassez na oferta de formação profissional para o setor, somada à demasiada importância atribuída a outras áreas aplicadas da museologia em detrimento das atividades de preservação, por longos anos impulsionou o registro desconexo de coleções, incongruências informacionais e descontinuidades nos processos documentais, resultando em cenários que causam calafrios aos documentalistas e pesquisadores que hoje se deparam com a árdua missão de “colocar a casa em ordem”.

No caso da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (SCEC-SP), nascida no ano de 1979, já herdando uma gama de, aproximadamente, 50 instituições museológicas espalhadas pelo interior, com acervos formados a partir de procedimentos de incorporação distintos, a situação não foi diferente. Então, como gerenciar um universo tão heterogêneo de bens culturais? Como desenhar políticas públicas de salvaguarda e difusão de acervos sem que se saiba, com precisão, o que possuímos? E como, enfim, descobrir e organizar o que possuímos? Pensando sobre essas questões, a obra “Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes” pode se fazer de grande valia aos profissionais e gestores públicos de museus que enfrentam, diariamente, questões semelhantes.



Apelidada carinhosamente como “Verdinho”, a publicação é um dos produtos decorrentes do Projeto de Documentação do Acervo dos Museus da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, realizado ao longo dos anos de 2008 a 2010. Iniciativa de grande envergadura, envolveu a formação de equipes de campo, constituídas por técnicos e especialistas da área, dispersos em 11 municípios, totalizando mais de 50 profissionais envolvidos, com o objetivo identificar e registrar, segundo normalização técnica, o patrimônio contido em 15

instituições museológicas, e diagnosticar questões de conservação, para correto desenho de estratégias de ação para sua salvaguarda e gestão.

Para além de prestar contas à sociedade sobre o trabalho desenvolvido, “Documentação e Conservação de Acervos Museológicos” apresenta, de forma clara e sucinta, as diretrizes teórico-metodológicas empregadas, os primeiros resultados coletados e as perspectivas futuras. Trazendo textos concebidos pelos especialistas que capitanearam a arquitetura e realização do projeto, divide-se em dois momentos: o Projeto e Diretrizes.

Inicialmente, apresenta ao leitor as motivações que culminaram no projeto, vislumbrando, de forma franca, a situação adversa que a SCEC-SP encontrava para a gestão de seu acervo; trecho alentador aos profissionais da área que possuem trajetórias e desafios parecidos. Em continuidade, retrata o processo de estabelecimento das diretrizes teórico-metodológicas que regeram a ação, justificando as opções adotadas para o projeto.

A segunda parte, por sua vez, proporciona ao leitor robusto e conciso panorama sobre a conceituação de Museologia, preservação e documentação museológica. No momento seguinte, aprofunda-se em parâmetros técnicos gerais da documentação museológica, mesclando-os à apresentação dos campos descritivos que compuseram o instrumento de registro dos acervos, assim como, a definição de cada um e metodologia de preenchimento. Por fim, oferece ao leitor princípios norteadores sobre conservação preventiva, detalhando procedimentos e materiais de trabalho comuns à área.

Após 10 anos de sua publicação, “Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes” atingiu alcance muito além do imaginado inicialmente, tornando-se uma das publicações mais populares do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) e utilizada como preceito para boa parte das ações de apoio técnico desenvolvidas após sua publicação. Com conteúdo qualificado e acessível, constitui material de referência ao setor, podendo caracterizar um confiável ponto de partida aos profissionais que necessitem de ferramentas de apoio para construção teórico-metodológica de procedimentos para documentação e conservação para suas instituições. Boa leitura!

SÃO PAULO (Estado); SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA; ACAM PORTINARI.
Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: diretrizes. Brodowski, SP:ACAM Portinari, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.